



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0329395-2 – 2ª Vara Criminal da Comarca de Camaragibe-PE

Impetrantes: José Albérico Batista e Albérico de Lima Batista
Paciente: Nilson Soares da Silva
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Relator Convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Procurador (a): Yélana de Fátima Monteiro Araújo
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS PREVENTIVO*. PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. FUGA DO DISTRITO DA CULPA. POSSIBILIDADE DE REITERAÇÃO DELITUOSA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E PARA ASSEGURAR APLICAÇÃO DA LEI PENAL. ALEGATIVA DE PRIMARIEDADE, EMPREGO E RESIDÊNCIA FIXOS. NÃO-ACOLHIMENTO. SUBSISTÊNCIA DOS MOTIVOS AUTORIZADORES DA PRISÃO. *MANDAMUS DENEGADO*.

1. Considerando que os motivos apontados pela autoridade impetrada para decretar a prisão preventiva do paciente estão entre aqueles elencados no art. 312 do Código de Processo Penal, a saber, a garantia da ordem pública e de aplicação da lei penal, e que estes encontram subsídio em fatos concretamente identificados, é de se concluir pela devida fundamentação de sua segregação cautelar.
2. Afigura-se necessária a custódia preventiva do paciente como forma de garantir a ordem pública, visando a prevenção da reiteração delitiva, considerando que este se evadiu do distrito da culpa após a prática do crime.
3. A alegação de que o paciente é primário, tem emprego e residência fixos, por si só, não autoriza a revogação da prisão preventiva.
4. Incabível a expedição de salvo conduto.
5. *Mandamus* denegado. Decisão unânime.

A C Ó R D ã O

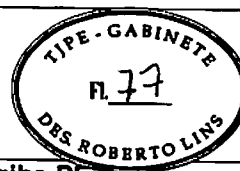
Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* n.º 0329395-2- 2ª Vara Criminal da Comarca de Camaragibe-PE, em que são partes as acima indicadas. Acordam, unanimemente, os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada no dia 22/10/2014, em denegar a ordem, tudo de acordo com a ementa e os votos anexos, que fazem parte do julgado.

Recife, 22/10/2014

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Relator Convocado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0329395-2 – 2ª Vara Criminal da Comarca de Camaragibe-PE

Impetrantes: José Albérico Batista e Albérico de Lima Batista
Paciente: Nilson Soares da Silva
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Relator Convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Procurador (a): Yélina de Fátima Monteiro Araújo
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

RELATÓRIO

Cuida-se de *Habeas Corpus* preventivo, com pedido liminar, impetrado pelos Bacharéis **José Albérico Batista e Albérico de Lima Batista** em favor de **Nilson Soares da Silva**, denunciado pela prática dos crimes previstos nos arts. 129, §1º, inciso II, e §2º, IV, e art. 147, ambos do Código Penal. Aponta como autoridade coatora a MM. Juíza de Direito da 2ª Vara criminal da Comarca de Camaragibe-PE.

Aduzem os impetrantes, por meio da atrel de fls. 02/09, que a decisão que decretou sua prisão preventiva encontra-se desprovida de qualquer fundamentação válida, inexistindo as condições contidas no art. 312, do CPP.

Pugna, ao final, pela revogação do decreto cautelar e expedição de salvo conduto em seu favor.

Indeferido o pleito liminar, a autoridade impetrada prestou as informações de fls. 37/39, clarificando, de início, que a denúncia contra o paciente foi recebida em 10/02/2014 e que o feito segue seu trâmite processual regular. Ressaltou, ao final, que a decisão que decretou a custódia preventiva do paciente se fez necessária para a garantia da ordem pública.

A Procuradoria de Justiça em Matéria Criminal ofertou o parecer de fls. 68/72, opinando no sentido da denegação da ordem, por entender pela inexistência do constrangimento ilegal apontado, considerando que a alegação de que o paciente é primário, tem emprego e residência fixa, por si só, não autoriza a revogação da prisão preventiva, tendo em vista a necessidade de se garantir a ordem pública.

É o relatório.

VOTO

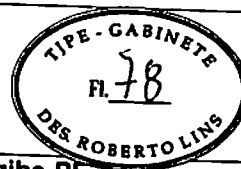
Senhores Desembargadores,
Sr. (a) Procurador (a) de Justiça.

Após análise detida dos autos e dos elementos informativos que deles constam, tenho por bem anunciar que o presente *writ* está a merecer o desfecho da denegação.

Isso porque, de início, verifico que um dos motivos indicados pela autoridade impetrada para fundamentar o decreto prisional do paciente, a saber, a garantia de aplicação da lei penal, além de estar elencado no art. 312 do Código de Processo Penal como um dos fundamentos da prisão preventiva, encontra substrato em fatos ocorridos *in concreto* e devidamente comprovados nos autos da ação penal em discussão.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0329395-2 – 2ª Vara Criminal da Comarca de Camaragibe-PE

A propósito, consoante se depreende da decisão que decretou a prisão cautelar, o denunciado encontra-se em Caruaru e telefonou para a vítima proferindo ameaças, dizendo que iria matá-la.

A autoridade impetrada asseverou que o *modus operandi* utilizado para a prática delitiva e as ameaças proferidas após a agressão, evidenciam a periculosidade do agente e justificam a decretação da segregação cautelar, com vistas à garantia da ordem pública, visto que, em liberdade, poderá o denunciado praticar novos delitos, e para a garantia da instrução processual, pois deve ser preservada a integridade física da vítima e das testemunhas.

Tenho que as circunstâncias do caso concreto, ora analisadas e devidamente apoiadas em elementos probatórios trazidos aos autos, evidenciam, de plano, a intenção de fuga do paciente do distrito da culpa após a prática do crime.

Afigura-se necessária, portanto, a custódia preventiva do paciente como forma de garantir a ordem pública, visando a prevenção da reiteração delitiva.

Ademais, traz-se à colação o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

Ementa: HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE. FUGA DO RÉU DO DISTRITO DA CULPA. GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONSTRANGIMENTO NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA. 1. A custódia cautelar encontra-se devidamente fundamentada para a garantia da aplicação da lei penal, na medida em que, com a fuga do ora Paciente do distrito da culpa, transparece nítida sua intenção de se furtar à persecução criminal do Estado. Precedentes desta Corte. 2. Ordem de habeas corpus denegada. (HC 236800 PR, Rel. Ministra Laurita Vaz, DJe 28.05.2012)

De outro giro, consoante bem destacou a Douta Representante do *Parquet* nesta Segunda Instância, tenho que o fato de o paciente ser primário, ter emprego e residência fixos, não é capaz de elidir a ameaça que sua liberdade ainda representa à aplicação da lei penal, nem autoriza, por si só, a revogação do decreto preventivo e a consequente expedição de salvo conduto em favor do paciente.

Por todo o exposto, concluo ser a prisão preventiva do paciente perfeitamente válida, cabível e fundamentada, devendo, portanto, ser mantida.

Dispensando-me, assim, de outras considerações, para votar, como voto, em consonância com o parecer da operosa Procuradoria de Justiça, no sentido da **denegação deste habeas corpus**.

É como voto.


Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Relator Convocado